

Brasil é exemplo no combate ao trabalho escravo



Fiscalização do Grupo Móvel em acampamento usado por trabalhadores escravizados

O Grupo Especial de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho completou 10 anos em junho e durante esse período libertou 15.224 pessoas que trabalhavam em condições parecidas com a de escravos.

Desse total, 9.331 trabalhadores foram libertados durante o governo Lula, quando foram fiscalizadas mais de 500 propriedades rurais.

O resultado demonstra o compromisso do atual governo em erradicar a prática do trabalho escravo no País.

Para Patrícia Audi, da Comissão de Trabalho Escravo da Organização Internacional do Trabalho, "a ação do governo é reconhecida internacionalmente, seja pela apresentação da lista suja que identifica quem são os maus empresários, como também pelas condenações aplicadas pela Justiça do Trabalho". De acordo com a Secretária de Inspeção de Trabalho, Ruth Vilela, a partir de 2003 o programa para erradicação do trabalho escravo

obteve um salto de qualidade, com o fortalecimento da rede de parceiros governamentais, entre eles os ministérios, Ministérios Públicos Federal e do Trabalho.

Várias ações do governo procuram fechar o cerco aos exploradores. Uma das mais importantes é uma parceria com bancos públicos para inibir o acesso ao crédito de pessoas físicas e jurídicas envolvidas com trabalho escravo.

Ruth Vilela explicou que durante muitos anos os governos financiaram projetos e atividades econômicas sem verificar as condições em que estas estavam sendo exercidas, tanto do ponto de vista do trabalho, como do ambiental.

Por pressão da CUT, também foram assinados pactos com o setor siderúrgico para prevenção do trabalho escravo na produção de carvão vegetal e com várias federações patronais e grandes empresas para evitar a contaminação da cadeia produtiva com essas práticas inaceitáveis.

A antiga e a nova escravidão

A nova escravidão é hoje mais vantajosa para os empresários que na época do Brasil Colônia. Pelo menos do ponto de vista financeiro e operacional.

O sociólogo norte-americano Kevin Bales traça em seu livro *Gene Descartável: A Nova Escravidão na Economia Mundial*, paralelos entre esses dois sistemas

Brasil	Escravidão no Brasil colônia	Nova Escravidão
Propriedade legal de escravos	Permitida	Proibida
Custo de aquisição de mão-de-obra	Alta. Bales afirma que, em 1850, um escravo podia ser vendido por uma quantia equivalente a R\$ 120 mil.	Muito baixa. Não há compra e, muitas vezes, gasta-se apenas com o transporte
Mão-de-obra	Escassa. Dependia de tráfico negreiro, prisão de índios ou da reprodução dos próprios escravos	Descartável, porque é formada por grande contingente de trabalhadores desempregados
Lucros	Menores que hoje, pois haviam custos com a manutenção dos escravos	Altos. Se alguém fica doente pode ser mandado embora, sem nenhum direito
Tempo	Longo período. A pessoa era escrava a vida inteira, inclusive seus descendentes	Curto período. Terminado o serviço, o trabalhador é abandonado
Diferenças étnicas	Relevantes para a escravização. A Igreja Católica, por exemplo, permitia a escravidão de negros apenas pelo critério da cor	Pouco relevantes. Os escravos são pessoas pobres e miseráveis, independente da cor da pele
Manutenção da ordem	Ameaças, violência psicológica, coerção física, punições exemplares e até assassinatos	Ameaças, violência psicológica, coerção física, punições exemplares e até assassinatos

Tribuna Metalúrgica

Stédile: a burguesia tem medo do governo Lula



O líder do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, João Pedro Stédile (foto), quer a união dos movimentos sociais e o povo na rua para fazer o governo Lula mudar o modelo econômico e imprimir políticas que garantam a reforma agrária e a distribuição de renda. Para ele, a corrupção é um problema do Estado e as elites criaram uma crise para desgatar o governo Lula. Leia na página 3 os principais trechos da entrevista que ele concedeu ao Tribuna no Ar, programa de rádio do Sindicato.



Assembléia dos companheiros na Resil ontem pela manhã aprova acordo. Página 2

Contra a desestabilização do governo Lula. Por mudanças na política econômica.

Ato na Câmara de S. Bernardo sexta-feira, às 18 horas.

NOTAS E RECADOS

Boa notícia

Lembra quando FHC fez uma festa porque em seu governo o salário mínimo comprava uma cesta básica? Pois hoje a cesta custa 57,5% do mínimo.

Mais uma!

Nova rebelião estourou ontem no depósito de crianças conhecido por Febem do Tatuapé. Até quando a população vai aguentar a incompetência do Alckmin para solucionar o problema?

Inflação desaba

São Paulo registrou deflação de 0,20% em junho, segundo o IPC calculado pela Fipe. É a maior queda de preços na cidade em mais de cinco anos.

Injustiça

Superior Tribunal de Justiça cassou liminar que permitia aos portadores de deficiência viajar gratuitamente em aviões se comprovassem a necessidade de receber atendimento médico.

Braço de ferro

Robinho deu um ultimato ao Santos. Se o clube não o negociar já com o Real Madrid, não lucrará um centavo com sua saída em janeiro de 2008.

Crise

A Sanyo vai eliminar 14.400 postos de serviço no mundo todo, o que representa 15% de sua força de trabalho atual. A empresa amargou prejuízo de R\$ 5 bilhões em 2004.

Direitos

Em apenas dois anos, o governo homologou 54 terras indígenas, com 9,17 milhões de hectares, e mantém 150 mil índios matriculados em escolas.

Pontaria

A Nasa acertou um disparo com a velocidade de 37 mil quilômetros por hora em um cometa a 133 milhões de quilômetros da Terra.

■ PLR e tarifa zero

Conquistas na Papaiz e Resil



Trabalhadores na Papaiz também estão livres das tarifas bancárias

Ontem foi dia de festa para o pessoal na Resil. Em uma animada assembleia, os trabalhadores aprovaram as propostas de tarifa zero e PLR, cujo valor é maior que o do ano passado. Essas também foram conquistas dos companheiros na Papaiz. As duas fábricas ficam em Diadema.

José Pequeno da Costa, do Comitê Sindical na Resil, informa que a primeira parcela da PLR sairá no final de julho e a segunda no fim de janeiro de 2006.

Segundo ele, também agradeceu a companheirada a forma como se deu a isenção da cobrança das tarifas bancárias com o HSBC, porque o acordo foi no mesmo nível do fechado com as montadoras.

■ Globalização

Boas intenções e poucas ações

Começa hoje na Escócia encontro do G-8 (os sete países mais industrializados do mundo e a Rússia). Entre as propostas deste ano há a busca de um acordo de ajuda a países africanos, que devem receber R\$ 100 bilhões.

Se a ajuda pode vir, reformas no sistema de comércio mundial para garantir condições mais justas para a África serão muito mais difíceis. O objetivo é diminuir as tarifas de importação para que produtores africanos tenham melhores condições de competir no mercado internacional.

■ Papaiz

A parada que os companheiros na Papaiz deram semana passada foi determinante para a conquista da PLR, já que as negociações estavam emperradas.

Ontem, eles puderam votar e aprovar proposta que garante metas mais favoráveis e um valor maior para a primeira parcela, que será paga no próximo dia 15. A segunda parcela vem dia 20 de janeiro do ano que vem.

Já o acordo de tarifa zero foi feito com o banco Itaú. Assim como em outras fábricas que têm filiais fora do ABC, a luta do pessoal em Diadema também vai beneficiar os cerca de 360 trabalhadores na Papaiz Nordeste.

■ Villas de Espanha

Entrega da segunda fase será em agosto

Após 13 meses de obras, a parceria entre a Cooperativa Habitacional do Sindicato dos Metalúrgicos, a Goldfarb e a Passarelli entregará as chaves de mais 59 apartamentos na data prevista no contrato do conjunto Villas de Espanha.

Faça como muitos companheiros e adquira seu imóvel. Existem apartamentos para entrega em fevereiro e agosto de 2006, com condições especiais. Preços de R\$ 54.768,00 a R\$ 61.560,00, sem entrada, 100% financiados pela Caixa, juros de 0,68% ao mês, com parcelas decrescentes. Utilize seu FGTS. Há também um plano especial para as pessoas que pagam aluguel.

Os companheiros que se inscreverem e forem sindicalizados terão um desconto adicional. Para quem já comprou e indicar um amigo que fechar o negócio terá um prêmio de R\$ 500,00.

Inscrições e informações na Sede do Sindicato ou pelos telefones 4128-4200 ou 4343-5558.

Aos finais de semana plantão no local do empreendimento, na Av. Humberto de Alencar Castelo Branco, 1.300, São Bernardo.



AGENDA

Formação Geral

As três turmas do curso de Formação Geral não devem perder o círculo de estudos que acontece amanhã, das 18h às 21h, no Centro de Formação Celso Daniel.

Galvanoplastia Anchieta

Reuniões no próximo dia 12, terça-feira, na Regional Diadema, para avaliar proposta de PLR. Às 12h para o pessoal da tarde e às 15h para o pessoal da manhã.

■ Entrevista

A elite quer desgastar Lula

Por que o senhor afirma que o Estado é corrupto?

O Estado funciona na base da corrupção, que são as trocas de favores entre os grupos dominantes. A burguesia, que passou o tempo inteiro roubando, agora cria uma espécie de fim de mundo com o Estado que eles mesmo criaram, com o objetivo de tentar desgastar o governo Lula para garantir a continuidade do projeto neoliberal. A burguesia tem medo do governo Lula ir mais para a esquerda. A elite quer criar um fato novo para isolar e desmoralizar o governo Lula e derrotá-lo nas eleições de 2006, garantindo a volta de FHC.

E qual o papel da imprensa nisso tudo?

A Veja, o Estado, a Folha mentem. Eles fizeram isso na ditadura. Mesmo vocês, trabalhadores do ABC, se dessem bola para a Globo, não existiria o Lula, não construiriam esse grande movimento.

A imprensa é perversa, quer ganhar dinheiro e não tem ética. Ganhei processo contra a Veja e vão me indenizar porque a revista colocou minha foto na capa, com chifre, como se fosse um demônio, para desmoralizar o MST e a luta pela reforma agrária.

A imprensa se comporta como braço ideológico da burguesia. É por isso que temos de construir meios alternativos de comunicação.

Por isto é que os movimentos sociais procuram aproximação com o governo?

Agora, mais do que nunca, os movimentos sociais devem se organizar. Nosso papel é reaglutinar o movimento social, dar unidade para fazer mudanças contra a corrupção e estimular as lutas sociais, porque é através das manifestações de rua, das mobilizações, que o povo vai se animando, vai encontrando saídas.



Para Stedile, é necessário a união dos movimentos sociais para mudar a economia

Temos um calendário de luta. Em Goiânia colocamos 20 mil em passeata, temos outra manifestação no dia 8 em São Bernardo, dia 13 em Porto Alegre, e até o final de julho acontece outra no Rio.

Vamos potencializar um calendário comum, reanimar o povo e construir uma grande aliança. Com um grande movimento de massas, vamos fazer o governo Lula mudar a política econômica e fazer ele se voltar ainda mais para o povo brasileiro.

O que o senhor acha que deve ser mudado na política?

Estamos cansados de falar para o Lula mudar a política econômica, pois ela não interessa ao povo. Dos 300 bilhões de reais que o Tesouro Nacional recolhe todo ano de impostos, 120 bilhões de reais

vão para pagar os bancos. É todo um esforço da sociedade que, pelo caminho do Estado, vai se concentrar nas mãos dos bancos.

Dos 3,7 bilhões de reais aprovados para a reforma agrária, 1,7 bilhão de reais foram contingenciados pelo ministério da Fazenda.

E por que do corte?

No ano passado reunimos 15 mil pessoas em conferência nacional para entender porque a reforma agrária é difícil se temos um governo a favor.

A resposta é que o Estado foi construído para defender privilégios daqueles que têm capital.

Temos dois exemplos. O governo determinou que a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) comprasse toda a produção agrícola dos assentamentos. Não deu certo porque a Conab não tem caminhão para ir até o interior. É uma vergonha.

Lula também determinou a contratação de 4 mil servidores para trabalhar na reforma agrária. Um ano depois só foram contratados 130. A conclusão é que o Estado não consegue trabalhar para o pobre.

O governo deve ter cuidado com os aliados no Congresso?

Eles não são do nosso time, vão fazer gol contra e enterrar o time do povo brasileiro. Na hora H, vão dar um pontapé na bunda do governo.

Temos falado para o presidente que, se ele não fizer a reforma agrária, vai ser uma decepção muito grande daqueles que votaram nele. Nossa obrigação não é puxar o saco do governo e nem ficar criticando.

É por isso que estamos realizando inúmeros atos públicos e colocando o povo nas ruas, para que o governo ajeite seu rumo e garanta mudanças concretas, para que as elites jamais voltem a governar este País.

CONFIRA SEUS DIREITOS

Os sindicatos e as ações coletivas

A Constituição Federal de 1988, além dos direitos sociais, trouxe em benefício dos trabalhadores a possibilidade dos sindicatos entrarem com ações coletivas representando a categoria.

Essa autorização está no artigo 8º, inciso III. É a chamada substituição processual, em que os sindicatos agem em nome dos trabalhadores, sem que esses fiquem expostos a perseguições por parte das empresas.

Como nunca foi regulamentada, a substituição vinha sendo pouco utilizada pelos sindicatos. A situação piorou quando o Tribunal Superior do Trabalho (TST) interpretou, equivocadamente, através do enunciado 310, que aquela norma constitucional não garantia a substituição processual pelos sindicatos.

Dessa forma, o TST entendeu que apenas nos casos já previstos em lei poderiam os sindicatos entrar com ações em nome dos seus associados, como nas ações de insalubridade e periculosidade.

Felizmente, o TST mudou muito nos últimos anos e o enunciado 310 foi revogado há dois anos.

A regulamentação definitiva da substituição processual virá na proposta da reforma sindical, já que essa possibilidade está no anteprojeto de lei a ser enviado tão logo o Congresso Nacional vote a emenda constitucional 369.

As ações coletivas estão previstas no Código de Defesa do Consumidor (CDC). São aquelas que visam resguardar direitos difusos (cuja destinação é indeterminada ou geral, como, por exemplo, um meio ambiente saudável para todos), direitos coletivos (poderíamos exemplificar com o caso de reajuste salarial igual para todos) e os direitos individuais homogêneos (de origem comum, como ocorreram com as ações de diferenças de multa de 40% do FGTS que o nosso Sindicato abriu em 2003).

Para entender melhor essa importante ferramenta de luta que os sindicatos possuem, vá assistir a palestra nesta sexta-feira, dia 8, às 10h, no Centro de Formação Celso Daniel, com o juiz do Trabalho Salvador Franco de Lima Laurino, especialista no assunto.

Departamento Jurídico